

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.488 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2002

Mudanças no SFH podem acabar com sonho da casa própria, diz Lindberg

A eventual liberação de juros nos empréstimos para casa própria, divulgada na semana passada, preocupa o senador Lindberg Cury. A aprovação das mudanças no Sistema Financeiro da Habitação, segundo ele, representaria o fim do sonho de milhões de brasileiros. Por isso, Lindberg pede ao Senado que discuta o assunto.

PÁGINA 5

Calheiros acusa cartel de ficar com todo o lucro na produção de leite

O negócio do leite tem sido lucrativo apenas para o cartel que domina o setor, conforme denúncia feita pelo senador Renan Calheiros. “Uma única empresa detém metade do mercado de leite em pó”, afirmou da tribuna no Senado. Calheiros pediu medidas para aliviar a crise que afeta os produtores.

PÁGINA 5

Combate à violência terá ação coordenada do Senado e Câmara

A Comissão Mista de Segurança Pública entregou terça-feira aos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, relatório final com propostas para combater a violência no país. Ao destacar a “sintonia fina” entre a Câmara e o Senado, Tebet afirmou que as propostas incluídas no relatório tramitarão de forma coordenada nas duas Casas. O presidente da comissão, Iris Rezende, demonstrou satisfação com os resultados dos trabalhos.

PÁGINA 3

Parlamentares aplaudem o momento em que Iris entrega a Tebet e Aécio propostas para combater a violência no país



Projeto dá ingresso em espetáculo para aluno da rede pública

Proposta de Lúcio Alcântara aprovada pela Comissão de Educação do Senado destina gratuitamente a estudantes da rede pública pelo menos 5% dos ingressos para filmes e espetáculos teatrais, musicais e de dança beneficiados com incentivos fiscais decorrentes da Lei Rouanet.

PÁGINA 8



A Comissão de Educação aprovou, entre outras matérias, a proposta que garante acesso de estudantes a espetáculos

Grupo Parlamentar Brasil-Espanha analisa eleições

PÁGINA 7

Plenário deve votar na quarta a abertura da mídia a estrangeiros

PÁGINA 8

Senado dá o nome de Josaphat à sala da CCJ

Durante votação da proposta de Bernardo Cabral pelo Plenário, foi destacada atuação do ex-senador na relatoria do novo Código Civil

A sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania receberá o nome do ex-senador Josaphat Marinho, falecido há um mês. A proposta do atual presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), com parecer favorável do relator, senador Carlos Wilson (PTB-PE), foi aprovada na terça-feira pelo Plenário.

— Josaphat foi um dos mais ilustres senadores que a República brasileira já teve. É uma mera redundância repetir aqui os seus méritos e qualidades, posto que o brilho de sua vida pública iluminava todos que tiveram a felicidade de usufruir de



Presença de Josaphat no debate de temas marcantes para o país foi também lembrada

sua convivência — afirmou Carlos Wilson.

Os senadores se revezaram na tribuna para ressaltar o compro-

misso do ex-senador baiano em defesa das instituições democráticas e da soberania nacional.

— Josaphat lutou pela reconquista das liberdades democráticas e sempre levantou as bandeiras dos interesses nacionais — disse o senador Amir Lando (PMDB-RO).

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) foi um dos parlamentares a relembrar o trabalho de Josaphat como relator do novo Código Civil. Já o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) observou que Josaphat teve presença marcante na discussão dos principais temas políticos. Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), a principal herança deixada por Josaphat é o exemplo de coerência política.

Homenageado uniu carreiras política e acadêmica

Josaphat Marinho foi senador por dois mandatos, deputado constituinte na Bahia, secretário de estado e professor de Direito Constitucional com diversas obras

publicadas. Desenvolveu paralelamente as carreiras na política e no magistério. Militou no Partido Liberal, na UDN, no MDB e no PFL. Foi professor da Universidade Federal

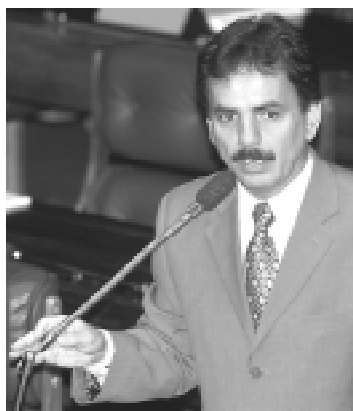
da Bahia e da Universidade de Brasília. Um dos seus últimos trabalhos no Senado foi o de relator do Código Civil, que entrará em vigor no início do próximo ano.

Resolução evita arquivamento de projetos

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira projeto de resolução do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que amplia os casos de propostas em tramitação na Casa que não podem ser arquivadas ao fim de cada legislatura (quatro anos). A partir de agora, serão, no entanto, automaticamente arquivadas as proposições que estejam tramitando há mais de duas legislaturas (oito anos), a não ser que haja requerimento em contrário de um terço dos senadores (27).

São as seguintes as propostas

que continuarão tramitando ao final de cada legislatura: as originárias da Câmara dos Deputados; as propostas de senadores que continuem no exercício de seus mandatos (que tenham mais quatro anos a cumprir); as que tenham sido apresentadas no último ano da legislatura; as que já tenham recebido parecer favorável nas comissões permanentes; as que sejam de competência exclusiva do Congresso Nacional; e os pedidos de julgamento de membros do Senado por crime comum feitos pelo Supremo Tribunal Federal.



Proposta que altera Regimento Interno do Senado foi apresentado por Ademir Andrade



Rosevelt Pinheiro

Projeto de Waldeck Ornélas limita aquisição a um equipamento a cada cinco anos

Ornélas propõe uso do FGTS para compra de computador

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) anunciou ao Plenário a apresentação de projeto de lei, na terça-feira, que permite ao trabalhador utilizar recursos de sua conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para comprar um computador pessoal. Ele argumenta que a informática constitui “uma necessidade básica, uma habilidade pessoal indispensável para que o trabalhador possa ser competitivo”.

— Por isso, na véspera do Dia do Trabalho, proponho que o trabalhador possa fazer uso de seus recursos do FGTS na aquisição desse equipamento indispensável. Mesmo empregos remunerados com salário mínimo, hoje, pela automatização de serviços no comércio e até no campo, passam a exigir o conhecimento da informática — afirmou.

Na opinião do senador, o acesso à rede mundial de computadores (Internet) é “um exercício da cidadania”. O parlamentar enfatizou que vários serviços comerciais, como os bancários, ou mesmo de governo, como os da Previdência Social, já possuem alto nível de informatização. Mas lembrou que as estatísticas indicam que apenas 10 milhões de brasileiros têm computadores em casa, sendo que esses lares estão predominantemente nas classes A e B. O projeto possibilita que outras camadas de renda possam ter acesso ao microcomputador, co-

mentou.

Waldeck Ornélas explicou que sua proposta restringe a utilização do FGTS na compra de um computador a cada cinco anos, medida que visa assegurar que o equipamento será adquirido para uso pessoal, mas possibilita que o equipamento possa ser renovado.

Em apoio ao projeto, Ornélas observou que o próprio governo já não atribui ao FGTS a utilização prioritária na compra da casa própria, tendo autorizado seu uso na aquisição de fundos mútuos de privatização, como já o fez na venda pulverizada de ações da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce, e deve também autorizar o uso do FGTS na alienação de parte do capital do Banco do Brasil. Assim, o senador entende não ver qualquer problema em “dar direito ao trabalhador para que ele possa fazer uso de recursos que são seus em favor de sua própria qualificação”.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

10h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tuma homenageia centro de formação de oficiais em SP

Roosevelt Pinheiro



Tuma foi um dos jovens graduados pelo CPOR-SP

O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR-SP), ao longo de 72 anos, completados em 6 de abril, formou 15.658 oficiais da reserva do Exército e participou de importantes episódios, entre eles a Segunda Guerra Mundial. A informação é do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi, em 1952, um dos jovens ali graduados.

Tuma disse que o centro mantém até hoje, sob comando do tenente-coronel Helder Fernando de Souza, os mesmos princípios que nortearam sua instalação, em 6 de abril de 1930.

O CPOR-SP tem formado jovens para infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e comunicações, além dos serviços de material bélico e intendência.

Jucá destaca modernização do Exército

José Cruz



Jucá: Exército está se adaptando às demandas do futuro

O Exército brasileiro vem se modernizando a cada ano e desenvolve uma doutrina militar genuinamente nacional, capaz de adaptar-se às demandas do futuro, afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Segundo destacou, a instituição "tem se debruçado mais sobre o qualitativo do que o quantitativo", com o objetivo de ser mais dinâmico, moderno e ajustado à realidade social brasileira.

Como exemplo, Jucá citou o Sistema de Doutrina Militar Terrestre, que adota normas humanísticas que refletem as condições socioeconômicas do país.

O senador também salientou que o Exército está realizando ajustes nas atividades de inteligência e guerra eletrônica, nas redes de rádio fixas e radiotelefônicas privadas e na rede integrada de telecomunicações.

Tebet determina que propostas sobre segurança tenham tramitação rápida

Para o presidente do Senado, prioridade às matérias de combate à criminalidade não atrapalhará a PEC que prorroga cobrança da CPMF. As primeiras propostas devem ser aprovadas em junho

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu terça-feira o presidente da Câmara, Aécio Neves, e parlamentares integrantes da Comissão Mista Especial de Segurança Pública. Presidente do colegiado, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) entregou o relatório final dos trabalhos da comissão a Tebet, que determinou à Secretaria Geral da Mesa a adoção de providências para tramitação "em ritmo acelerado" das propostas apresentadas, de forma que as primeiras aprovações ocorram ainda em junho.

Tebet esclareceu que a prioridade a ser dada às propostas sobre segurança pública não atrapalhará a tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo disse, "o ideal é que o texto da CPMF não seja alterado pelo Senado, para não ter de retornar à Câmara". Por enquanto nenhuma emenda foi apresentada, informou.

— Vamos votar mais rápido os projetos oriundos da comissão, sem criar problemas para a CPMF, de maneira que o Congresso dê aos outros Poderes condições de operacionalizar ações visando devolver a tranquilidade às famílias atingidas pela onda de violência.

SINTONIA FINA

O presidente do Senado disse que Aécio Neves enfatizou a existência de "uma sintonia fina entre Senado e Câmara, inédita no período mais recente", e que espera vê-la durante a tramitação das propostas sobre segurança. A tramitação ocorrerá de forma coordenada nas duas Casas, com os líderes de uma acompanhando a discussão na outra. Isso possibilitará, por exemplo, que os projetos aprovados na Câmara sejam votados sem emendas no Senado.



Tebet, ao lado de Aécio Neves, recebe de parlamentares o relatório da Comissão de Segurança

Iris Rezende demonstrou satisfação com o resultado dos "60 dias de muito trabalho" e anunciou que apresentará PEC para reduzir a idade mínima da imputabilidade penal, tese que não foi votada na comissão.

Do relatório final, são tidas como polêmicas as propostas de criação do Fundo para a Segurança, que teria 5% do Orça-

mento da União, e a unificação das polícias civis e militares.

São consideradas de fácil aprovação a regulamentação das guardas municipais, as leis de lavagem de dinheiro e do crime organizado, as novas tipificações para crimes de pedofilia e seqüestro-relâmpago e os dispositivos contra corrupção e tráfico de drogas e armas.

Souto é contra redução da idade penal para 16 anos

Ao manifestar preocupação com o crescente número de crimes no país praticados por adolescentes, o senador Paulo Souto (PFL-BA) afirmou ser contrário à proposta de redução da idade penal de 18 para 16 anos. Segundo disse, muitos defendem a redução por entender que jovens menores parecem conscientes de suas responsabilidades, devendo, por isso, ser sujeitos a punições pelos crimes cometidos.

Convicto de que a redução da idade penal não diminuirá a criminalidade envolvendo jovens, Paulo Souto defendeu a necessidade de reavaliação urgente das políticas que o Brasil adota em relação à recuperação de jovens envolvidos em crime, em especial o aumento do tempo exigido para privação de liberdade e a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores.

O senador destacou o êxito de sua iniciativa como governador da Bahia ao implantar, em 1998, a Comunidade de Atendimento Socio-



Paulo Souto defende mudanças na política de recuperação de jovens envolvidos em crimes

educativo (Case), localizada no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador. "Embora a ressocialização de adolescentes infratores esteja sempre sujeita a surpresas, não há dúvida de que a expressão conceitual do projeto aumentou as possibilidades de êxito da reinserção social desses menores", disse.

Diferentemente das Febems, que "se transformaram em verdadeiras escolas de profissionalização do crime", a Case procura

atender às necessidades afetivas, materiais e psicológicas do adolescente infrator, preparando-o para sua reinserção na vida social, explicou. "Na própria Case está instalado o Núcleo do Programa de Apoio à Família, indispensável para manter os vínculos do menor com sua família."

Na instituição, as práticas pedagógicas são fortemente influenciadas pelo tempo de duração da internação. Os adolescentes que ficam na Case por curto período são submetidos a processos acelerados de educação formal e profissionalizantes, com planejamento anual, oferecem módulos com carga horária variada e conteúdos com previsão de conhecimentos específicos em cada bloco, esclareceu.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ao concluir seu pronunciamento, Paulo Souto protestou contra a resistência do governo em efetivar operações de crédito por intermédio do Banco do Nordeste,

dentro do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). "O Senado autorizou, em junho do ano passado, operações da ordem de R\$ 10 milhões para a Bahia, R\$ 7 milhões para o Ceará e R\$ 6 milhões para Pernambuco, dentro de sua estrita prerrogativa constitucional, mas o governo vem tratando a situação com desca-

so", protestou. Segundo o senador, ao invés de autorizar o Banco do Nordeste a dar seqüência às operações já aprovadas, o governo enviou à Câmara dos Deputados proposta de lei genérica, avocando o poder de autorizar operações de crédito interno.

— Mesmo que a Câmara a aprove, o Senado não abrirá mão de suas prerrogativas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já emitiu parecer dizendo ser a proposta do governo desnecessária e conflitante com os poderes do Senado — afirmou Paulo Souto, que reivindica a liberação imediata dos créditos.

Ademir quer mudanças na exploração de cobre

Para senador, o minério do Projeto Sossego, a ser inaugurado hoje pelo presidente da República, deve ser vendido já industrializado, e não em pasta, como pretende a Companhia Vale do Rio Doce. A medida, disse, geraria 2 mil empregos

Ao refletir sobre a economia brasileira na passagem do dia 1º de maio, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a visita do presidente da República ao Pará, onde lança hoje a pedra fundamental do Projeto Sossego, de exploração do minério de cobre pela Companhia Vale do Rio Doce.

O senador lamentou que Fernando

Henrique Cardoso vá ao Pará lançar a pedra fundamental de uma indústria que vai transformar aquele minério em pasta de cobre e exportá-lo para países europeus, que a transformarão em cobre para vendê-lo de volta ao Brasil.

Ademir Andrade lembrou que o país consome 300 mil toneladas de cobre ao ano e só produz



Para Ademir Andrade, déficit na balança comercial é o maior problema do Brasil

40 mil toneladas, na Bahia, onde é transformado pela Caraíba Metais. Na avaliação do senador, o Brasil poderia industrializar o cobre de Carajás e, com isso, gerar 2 mil empregos diretos e outros 5 mil indiretos.

Em seu pronunciamento, o senador também disse que o maior problema do Brasil é o déficit na balança comercial. Ele afirmou

que a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso mantém altas taxas de juros, privilegia banqueiros e especuladores e impede o país de crescer, gerando aumento do desemprego e redução no rendimento do trabalhador.

Ademir Andrade considera que o atual momento econômico do país pode ser ilustrado por manchetes publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* a respeito da queda de 18,8% nos salários dos trabalhadores em São Paulo e da triplicação dos lucros bancários em 2001.

Na opinião de Ademir, ao fim de quase uma década de governo, Fernando Henrique “lega ao trabalhador privação, sacrifício e dor, garantindo aos banqueiros lucratividade em níveis nunca verificados noutra parte do mundo”. Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiaram a análise de Ademir Andrade.

Suplicy destaca adiamento de votação sobre CLT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez terça-feira comentários sobre o Dia do Trabalho, comemorado internacionalmente em 1º de maio, desde 1889, e lembrou que a bancada de oposição no Senado, atendendo a solicitação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), conseguiu retirar a urgência do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ele explicou que o adiamento da votação para depois das eleições permitirá maior discussão e amadurecimento sobre a matéria.

Em relação ao Dia do Trabalho, Suplicy avaliou que o momento atual é difícil de comemorar. “No que se refere ao bem-estar da população, considerando a relação população/trabalho, chamamos a atenção para uma situação que muito nos assusta nos dias atuais: o trabalho infantil.”

Suplicy destacou que o Brasil convive com um quadro assustador de desemprego, subocupações e diferenças salariais baseadas no preconceito de gênero e etnia. Dados do Ministério do Trabalho e da Unesco, segundo o senador, indicam que em média as mulheres possuem renda 60% in-



Brasil convive com um quadro assustador de desemprego, avalia Eduardo Suplicy

ferior à dos homens. Outro dado indica que, de 1992 a 1997, a proporção de mulheres ocupadas, com pelo menos o 2º grau, cresceu de 22,4% para 28,3%, e a de homens, de 15,9% para 19,4%.

— Essa evolução não tem mudado o perfil da renda entre homens e mulheres. Entre a população que vive abaixo da linha de pobreza, hoje, o número de mulheres é significativamente maior que o de homens, representando 31,3% da população ocupada — comparou Suplicy. Ele também informou que recebeu carta do professor Milton Friedman, prêmio Nobel de Economia, com comentários a respeito do livro *Ren-*

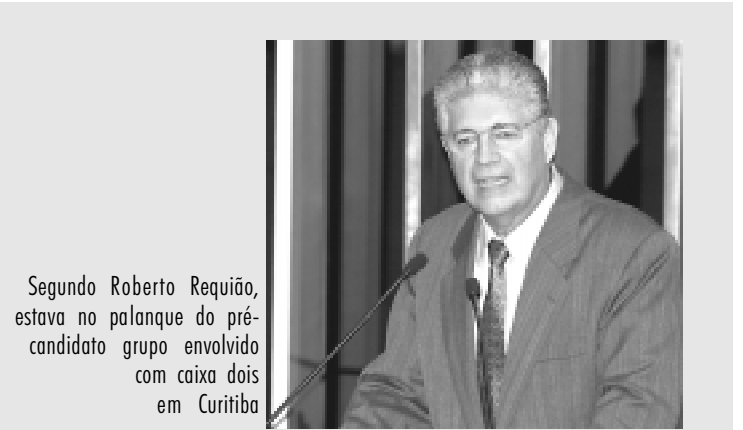
da de Cidadania — A saída é pela porta, de autoria do senador.

ENERGIA

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) expressou constrangimento em relação a correspondência encaminhada pelo ministro Pedro Parente, da Casa Civil, ao reitor da Universidade de São Paulo. Na carta, o ministro pergunta se o professor Ildo Sauer fala em nome da instituição quando aponta irregularidades e indícios de improbidade na compra de energia emergencial e nas compensações dadas às concessionárias por meio da medida provisória que criou taxa extra nas costas de energia elétrica.

Heloísa Helena manifestou estranheza com o fato de outra carta com o mesmo teor, assinada pelo diretor-presidente interino da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, Mário Dias Miranda, também ter sido encaminhada ao reitor da USP.

Ela opinou que a consulta feita à USP constitui intimidação e constrangimento. “Ao invés de promover ameaças e intimidações, o governo deveria promover as apurações requeridas e oferecer explicações convincentes à sociedade.”



Segundo Roberto Requião, estava no palanque do pré-candidato grupo envolvido com caixa dois em Curitiba

Requião critica a presença de Serra em ato no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) se disse “estupefato” com a visita feita pelo pré-candidato à Presidência da República, senador José Serra (PSDB-SP), ao Paraná. “Não consigo acreditar no que aconteceu. Foi uma espécie de McSerra Feliz”, afirmou. Segundo Requião, um comício foi montado para Serra no Centro de Convenções, com pessoas trazidas das favelas e da periferia de Curitiba em troca de um sanduíche e um refrigerante.

Requião afirmou que a festa foi organizada pelo vice-prefeito de Curitiba, acrescentando que no palanque de José Serra estava “todo o grupo do caixa dois de R\$ 32 milhões que comprou a prefeitura de Curitiba, denunciado pelo Ministério Público, pela *Folha de S. Paulo* e pelo PMDB do Paraná”.

O senador lembrou que o caso

da empresa Lunus, de propriedade de Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, virou assunto da imprensa nacional, “mas Serra vai à festa organizada pelos envolvidos na história do caixa dois e nada acontece”. Requião manifestou a sua estranheza com a participação na festa de um candidato que pretende o apoio do PMDB.

Requião também condenou manobra da montadora de automóveis Renault para impedir os “cegonheiros” paranaenses de transportar produtos de outras empresas.

Ele manifestou-se ainda sobre a recente classificação de risco do Brasil feito por um banco norte-americano, dizendo que pode estar havendo plantação de boatos com o único objetivo de desvalorizar os títulos da dívida brasileira.

Tebet nega candidatura a vice na chapa liderada pelo PSDB

O presidente do Senado, Ramez Tebet, desmentiu em entrevista na terça-feira que aspire ser indicado pelo PMDB como candidato a vice-presidente da República, compondo chapa com o PSDB. Tebet assegurou que vai disputar a reeleição de senador por Mato Grosso do Sul.

— Sinceramente, não sou candidato a vice. Tenho uma responsabilidade muito grande com o estado de Mato Grosso do Sul. Não há provincianismo nisso,

mas eu sou candidato à reeleição. No PMDB há muitos nomes ilustres e capazes de compor uma chapa com o PSDB. Não estou alimentando isso — garantiu o senador.

Ramez Tebet reiterou sua posição de que o PMDB não deve “precipitar-se” escolhendo logo um candidato a vice. O senador acredita que o melhor para seu partido é deixar essa decisão para uma data mais próxima da realização das convenções partidárias, marcadas para junho.

Emilia apela por recursos para as vítimas das cheias

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) pediu que o governo federal dê mais agilidade à liberação de recursos orçamentários originados de emendas parlamentares e repasse recursos emergenciais ao estado do Rio Grande do Sul. O sul e a fronteira oeste do estado têm vários municípios em situação de emergência – Piratini, Cristal, Quaraí e Rosário do Sul, entre outros – em consequência das fortes chuvas que há duas semanas atingem aquelas regiões, com 7 mil desabrigados, informou.

– Escolas, prefeituras, ginásios, casas de amigos e parentes estão sendo usados para alojar os desabrigados. Nas regiões mais atingidas, Zona Sul, Campanha e Fronteira Oeste, alguns rios subiram 12 metros acima do nível normal, provocando a destruição de lavouras inteiras, especialmente de culturas de soja e de arroz. Além disso, não há escoamento da produção, pois as estradas estão interditadas e o início do frio na região faz vítimas adoecerem e lota os hospitais – relatou a senadora.

Emilia afirmou ter solicitado providências à ministra da Integração Nacional, Mary Deyse Kinzo, e ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, que “prontamente nos deu retorno”. Ela lembrou, no entanto, que os municípios de Quaraí e Dom Pedrito, que sofreram enchentes o ano passado e voltaram a sofrê-las agora, precisam receber os recursos assegurados por medida provisória aprovada em outubro de 2001, que assegurou créditos no valor de R\$ 10 milhões para atender 200 cidades gaúchas vítimas de enchentes. A maioria dos municípios ainda não recebeu o repasse, afirmou Emilia.

O governo gaúcho reabriu duas linhas de crédito emergenciais no Banco do Rio Grande do Sul (Barrisul) para atender às vítimas das enchentes. A senadora lamentou ainda que, apesar de a bancada gaúcha ter se empenhado em aumentar os recursos, por intermédio de emendas individuais e coletivas ao Orçamento para 2002, o Executivo cortou as dotações.



Emilia alerta para gravidade da situação no estado

Lindberg pede debate sobre financiamento habitacional

Senador alerta que a proposta do governo de liberar juros nos empréstimos para casa própria irá agravar déficit de moradias no país

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) pediu um maior debate no Senado sobre as alterações que o governo pretende fazer no Sistema Financeiro da Habitação (SFH). De acordo com o parlamentar, a imprensa divulgou na semana passada que o governo estuda a liberação dos juros cobrados nos empréstimos da casa própria e também do índice utilizado para reajustar as prestações.

– Se aprovado, será o fim do sonho de milhões de brasileiros – comentou Lindberg, lembrando que os imóveis adquiridos atualmente têm juros máximos de 12% ao ano, acrescidos da Taxa Referencial (TR). Ele pediu a vinda ao Senado dos especialistas em modificações no SFH, para explicar as intenções do governo.

Segundo as notícias veiculadas, continuou o senador, o governo pretende ainda acabar com a obrigação de os bancos destinarem 75% dos depósitos das contas de poupança a financiamentos habitacionais. Ele recordou que, há um ano, a Caixa Econômica Federal já havia endurecido as regras



Lindberg Cury quer explicação de especialistas sobre alteração nas regras do SFH

para liberar financiamentos.

– Na prática, não haverá dinheiro para financiamentos de imóveis. Agora, o governo terá de jogar uma pá de cal no Sistema Financeiro da Habitação – disse.

Para o parlamentar, os bancos serão os maiores beneficiários das novas medidas, já que lucrarão com juros maiores, e terão menores riscos, destinando empréstimos apenas a quem puder pagar.

Para Lindberg, as mudanças retiram o caráter social dos financiamentos. A principal mudança será a facilidade de retomada do imó-

vel de quem atrasar o pagamento das prestações, medida que a seu ver resultará, em poucos anos, em grande número de pessoas despejadas.

O parlamentar citou dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais os custos com habitação são o principal gasto familiar hoje no Brasil, daí 25% dos brasileiros morarem em favelas, e mais de 300 mil mutuários terem problemas para pagar seus financiamentos. Segundo Lindberg, isso ajuda a aumentar o déficit habitacional do país, em torno de 5,4 milhões de moradias na área urbana e 2 milhões na área rural. Conforme números citados pelo senador, 85% das famílias sem moradia recebem até cinco salários mínimos.

Em aparte, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que o Brasil “tem dificuldade de assimilar como se constrói condições de cidadania e vida digna para as pessoas”, lembrando que o direito à moradia é garantido na Constituição.

Calheiros denuncia cartel por crise na pecuária de leite

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) denunciou em Plenário, na terça-feira, que cartel é responsável por grande parte dos problemas vividos pelos produtores brasileiros de leite. Ele sugeriu ao governo federal e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento medidas para aliviar a crise do setor e reduzir a inadimplência dos produtores junto aos bancos. “O agronegócio do leite tem grande potencial, mas tem sido lucrativo apenas para o cartel, que compra o litro do produto *in natura* a R\$ 0,29 e o revende a R\$ 1, após a pasteurização e o empacotamento”, afirmou.

– Uma única empresa detém metade do mercado de leite em pó – disse o senador, lembrando que Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e países da União Europeia praticam *dumping* e forçam a queda do preço do leite brasileiro.

De acordo com o parlamentar, a bacia leiteira do estado de Ala-

goas – a mais importante do Nordeste – vive um problema maior ainda com a inadimplência dos pequenos mutuários junto ao Programa Especial de Educação para a Reforma Agrária (Procer), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Pronaf) e aos fundos constitucionais.

A renegociação de parte das dívidas rurais, aprovada no Senado, resolve parcialmente o problema, na opinião de Renan Calheiros, que pediu ao governo garantia de preço mínimo para o leite. Ele sugeriu que as cestas básicas tenham obrigatoriamente um litro de leite.

O parlamentar informou que o Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo e que esta produção cresce a uma taxa anual superior à de todos os países que ocupam os primeiros lugares. O agronegócio do leite e derivados desempenha um papel relevante



Renan Calheiros destacou potencial do agronegócio do leite para geração de emprego e renda

no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população, observou.

– O agronegócio do leite ocupa posição de destaque na economia brasileira. A iniciativa privada e o governo precisam unir esforços para impulsionar as vendas externas, criando programas de incentivo às exportações – defendeu.

MULHER

Calheiros ressaltou que na terça-feira foi comemorado o Dia Nacional da Mulher, um marco na luta contra as barreiras culturais e sociais que as brasileiras ainda enfrentam. Ele registrou seu comparecimento à solenidade de posse de Solange Bentes Jurema à frente da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher.

Carlos Bezerra quer mudar o trajeto da BR-242

Carlos Bezerra (PMDB-MT) fez um apelo a todos os senadores para que aprove projeto de lei de sua autoria que altera o Plano Nacional de Viação, instituído em 1973, a fim de mudar o trajeto da BR-242 com o objetivo de aumentar o grau de utilização daquela estrada, adequando-a à realidade do estado de Mato Grosso.

Pela proposta, a BR-242, cujo traçado original está previsto em 2.049 quilômetros, seria aumentada em 715 quilômetros. Levando-se em conta as interposições com outras rodovias federais (basicamente com a BR-163 e com a BR-364), o acréscimo efetivo proposto seria de 203 quilômetros.

Traçada no sentido Leste-Oeste, a BR-242 sai de Feira de Santana, na Bahia, passa por Seabra e Barreiras, naquele estado, corta em seguida o estado do Tocantins “de ponta a ponta” e entra em Mato Grosso, por São Félix do Araguaia. Ali, segundo Carlos Bezerra, a estrada faz inflexão no sentido Sudoeste para contornar, pelo Sul, a reserva indígena do Xingu, terminando na cidade de Sorriso.

O que quer o senador é estender esse trajeto até a cidade de Comodoro, às margens da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), passando ainda por São José do Rio Claro e Campo Novo dos Parecis.

Com essa mudança de traçado – explicou Carlos Bezerra –, a BR-242 estaria beneficiando diretamente as microrregiões de Alto Teles Pires, que concentra 16,8% da produção agrícola do estado, e a de Parecis, grande exportadora de soja, milho, arroz, cana-de-açúcar e algodão. O novo trecho da BR-242 iria beneficiar as cidades de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis e Campos do Júlio, que tiveram crescimento populacional na última década superior a 10% ao ano, como informou o senador.

Com o novo trajeto, a BR-242 estaria adequada à realidade de Mato Grosso. Para Carlos Bezerra, “seria impossível para os técnicos que projetaram a estrada, há 30 anos, saber quais regiões mais se desenvolveriam”.



Mudança irá adequar rodovia à realidade de MT, diz Bezerra



Mauro Miranda denuncia "perseguição e injustiça contra dezenas de municípios"

Mauro vê omissão do governo goiano na área da saúde

Observando que, desde a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), nenhuma instância do poder público pode se omitir na prestação desse serviço à população, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) reclamou da omissão do governo goiano com a saúde do seu povo.

Mauro apelou ao ministro da Saúde para que use sua influência a fim de pressionar a Secretaria de Saúde de Goiás a cumprir sua parte no Programa de Saúde da Família. E disse ser impossível aceitar "tamanho perseguição e injustiça para com dezenas de municípios que se encontram legalmente aptos a receber mais investimentos em uma área tão crucial para o ser humano".

O senador testemunhou o esforço dos municípios goianos para atender seus habitantes, trabalho nem sempre bem sucedido, segundo ele, "em razão do descaso que a Secretaria de Saúde de Goiás devota à aquelas populações".

Hoje, afirmou Mauro Miranda, a grande maioria dos municípios de Goiás sofre com a falta de critérios no repasse de recursos dos programas do Sistema Único de Saúde (SUS), que precisam do concurso das três instâncias para funcionar bem. Como exemplo, ele citou o caso de Ipameri, que se qualificou para receber equipes do Programa de Saúde da Família. A habilitação se deu em abril de 2001, o Ministério da Saúde tem repassado com regularidade sua parcela nos recursos, mas a Secretaria de Saúde de Goiás tem se negado a fazê-lo, disse.

O problema de Ipameri, declarou o senador, repete-se em dezenas de municípios goianos, entre eles, Uruaçu. Segundo Mauro Miranda, "a perseguição política deflagrada pelo governo de Goiás contra a prefeitura de Uruaçu prejudica justamente quem mais depende de saúde pública. Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) condenou a ação do Ministério da Saúde, sobretudo no Maranhão.

Combate à dengue exige ação conjunta, diz Ronaldo

Senador elogia esforços do Ministério da Saúde e salienta que é necessário mobilizar a população e os três níveis de governo para enfrentar a doença

Ao comentar o aumento significativo dos casos de dengue em todos os estados, o senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o combate à doença depende da ação conjunta da população e do governo nos níveis federal, estadual e municipal. Ele lembrou que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a dengue é considerada um dos principais problemas de saúde pública no mundo, com mais de 80 milhões de infectados anualmente em cerca de cem países.

Para o parlamentar, a conscientização da população sobre a necessidade de evitar a formação de poças de água, de modo a reduzir a proliferação do *Aedes aegypti*, deve caminhar ao lado de políticas de saneamento público. Me-



Ronaldo lembra que dengue é um dos grandes problemas de saúde pública no mundo

didas de vigilância epidemiológica, de aumento da capacidade de diagnóstico laboratorial e de atendimento à população atingida devem ser prioridades para os órgãos responsáveis, afirmou.

Ronaldo Cunha Lima lembrou que em 2001 cerca de 391 mil pessoas foram atingidas pela dengue, sendo 675 pela modalidade hemorrágica, das quais 28 morre-

ram. Esses números representaram, informou, um aumento de 64% no total de infecções, de 1.224% na incidência da forma hemorrágica, e de 833% na ocorrência de mortes em relação ao ano anterior.

O senador ressaltou que a União, por meio do Ministério da Saúde, vem dispensando atenção especial ao problema e desenvolvendo um trabalho eficaz. Ele elogiou as campanhas do ministério no combate à dengue e a outras doenças, e registrou a entrega, pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de 33 veículos equipados para o combate ao mosquito nos 16 municípios da Paraíba mais atingidos pela doença. O senador também destacou a capacitação de agentes comunitários de saúde, que atuam como multiplicadores dos conhecimentos necessários à prevenção da infecção.

Viana propõe remédio gratuito contra hepatite

Projeto de lei apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) propõe a distribuição gratuita de medicamentos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos portadores dos vírus da hepatite e aos que sofrem de hepatite crônica. De acordo com o parlamentar, esse benefício já é concedido aos portadores do HIV (vírus da Aids) e precisa ser estendido aos que sofrem de outros tipos de doenças.

A proposta de Tião Viana está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado sobre o assunto, a menos que haja requerimento para que a matéria seja levada ao Plenário.

Na justificativa do projeto, o senador explica que as hepatites são infecções virais do fígado e que, em suas formas crônicas, têm importante impacto sobre a saúde. Ele acrescentou que o tratamento da doença é bastante caro.

De acordo com o projeto, o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio

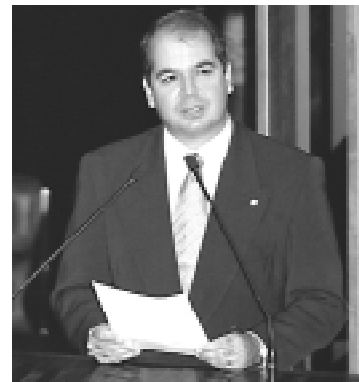
evolutivo das infecções e das doenças, para orientar sua aquisição pelos gestores do SUS.

A hepatite B, lembrou Tião Viana, é endêmica mundialmente e mais comum entre os usuários de drogas injetáveis, homossexuais, heterossexuais com múltiplos parceiros, pacientes que se submetem a hemodiálise, doentes de instituições asilares e trabalhadores de saúde. Na forma crônica, informou, atinge cerca de 0,5% dos norte-americanos e aproximadamente 20% dos habitantes de países subdesenvolvidos. A prevenção é feita com a aplicação de uma

vacina de alta eficácia.

O senador informou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 2,5% a 4,9% da população brasileira — entre quatro a oito milhões de pessoas — sejam portadores do vírus da hepatite C, que afeta principalmente adultos jovens. Esses dados, afirmou, mostram que a infecção é pelo menos seis vezes mais prevalente que a Aids. Projeções da Associação dos Portadores de Hepatite C revelam que a doença deverá provocar um aumento da ordem de 600% na demanda por transplantes de fígado nos próximos anos. Segundo Tião Viana, a doença é apontada como a grande epidemia da próxima década e um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado no século 21.

Ainda na justificativa da proposta, o senador informa que não existe vacina para prevenir a hepatite C e que o tratamento consiste na associação de um anti-viral com o interferon, sendo tão caro quanto o tratamento da Aids. Tião Viana explica que, se detectada e tratada precocemente, a cura acontece em 40% a 60% dos casos.



Projeto de Tião Viana tramita na Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa



Carlos Patrocínio considera "inaceitável" a permanência de "situação tão calamitosa"

Alta mortalidade materna preocupa Carlos Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) registrou satisfação com o fato de ter sido instalada pela Câmara dos Deputados, após quatro anos de espera, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a mortalidade materna no Brasil. Entre os objetivos da CPI, ele destacou o de esclarecer as causas da alta incidência de mortes de mulheres por complicações na gravidez ou no parto, bem como propor medidas capazes de levar à redução do problema.

A partir do cruzamento de dados relativos aos registros de mortes maternas do Sistema Único de Saúde (SUS) e de nascidos vivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega-se a um coeficiente de mortalidade materna que, desde 1985, situa-se na faixa de 50 mortes por 100 mil nascidos vivos. Como o dossiê "Mortalidade Materna", divulgado recentemente pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, levanta a suspeita de subnotificação dos dados, o senador acredita que esse índice esteja próximo de 110 mortes por cem mil nascidos vivos.

O estudo, da professora Cristina Tanaka, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), também aponta que o maior coeficiente de mortalidade feminina por causa materna concentra-se nas regiões menos desenvolvidas do país. Com base no documento, Patrocínio informou que as síndromes hipertensivas, hemorragias, complicações do aborto e infecções pós-parto respondem por 89% dessas mortes. Por se tratarem de "causas evitáveis", ele considera "inaceitável" persistir uma "situação tão calamitosa", que vitima 6% das mulheres brasileiras em idade fértil.

Na opinião de Patrocínio, a adoção de procedimentos de assistência à saúde "adequados e integrados", como uma maior qualificação dos profissionais e o controle de infecções e hemorragias, seria suficiente para mudar esse cenário.



Grupo Parlamentar Brasil-Espanha conclui encontro defendendo união cultural entre os dois países

Eleição é debatida com parlamentares espanhóis

Quadro político brasileiro e importância de cooperação cultural entre os dois países foram os principais temas do último dia de reunião

No segundo dia de reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, na terça-feira, o senador José Agripino (PFL-RN), que preside o grupo, fez uma análise do quadro político brasileiro. Ele disse aos 16 deputados e senadores espanhóis que visitam o país que, pelas pesquisas, existe forte probabilidade de o próximo presidente do Brasil não ser proveniente do atual governo. Agripino destacou os avanços do governo de Fernando Henrique, especialmente a estabilidade econômica, mas salientou o elevado valor das dívidas interna e externa do país.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que também compõe o grupo, afirmou que a comunidade internacional não precisa ficar preocupada com a possível mudança de direção política no Brasil, observando que o Partido dos Trabalhadores, que conquistou, até agora, maiores índices de pre-

ferência do eleitorado, com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, amadureceu ao longo do tempo e das eleições que disputou. Ela informou que Lula conhece bem a realidade brasileira e vai priorizar a implementação de uma política social mais justa, além de cuidar da manutenção da estabilidade econômica. A senadora disse ainda que há administrações bem-sucedidas do PT, citando o exemplo de seu estado, o Rio Grande do Sul, e da cidade de São Paulo, com a prefeita Marta Suplicy.

COOPERAÇÃO CULTURAL

Emilia Fernandes apresentou os parlamentares espanhóis com CD do festival da música nativista de grupos representantes dos países do Mercosul. Ela disse que defende a obrigatoriedade da língua espanhola no currículo das escolas brasileiras como forma de impedir a hegemonia da língua inglesa. Também o senador Artur da

Távola (PSDB-RJ), líder do governo, considera o espanhol uma língua pouco estudada no Brasil e elogiou a cultura do povo espanhol. Em sua opinião, os valores que unem brasileiros e espanhóis, relacionados à literatura, filosofia, música e artes em geral, devem ser valorizados e ressaltados nos trabalhos dos grupos de amizade dos dois países.

A senadora Soledad Becerril Bustamante, presidente da delegação espanhola, disse que apóia a união cultural entre os dois países. Já a senadora Maria Antonia Martínez García informou que o Congresso da Espanha tem uma Comissão Permanente para Assuntos Ibero-Americanos. Ela também sugeriu que o Brasil e a Espanha atualizem os acordos culturais e educacionais assinados em 1992, em virtude das modificações por que passaram os dois países nesse período.

Agripino destaca sucesso do encontro bilateral

No encerramento do encontro de dois dias do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, o presidente do colegiado, José Agripino, ressaltou o elevado nível dos debates e o sucesso da reunião.

Ele agradeceu a presença dos espanhóis e disse que a participação dos parlamentares do Brasil demonstra o apreço dos brasileiros ao povo espanhol.

Como resultado prático do encontro, Agripino sugeriu que toda delegação que esteja desempenhando missões em ambos os países possa contar com membros do também chamado Grupo de Amizade Brasil-Espanha. O senador disse ainda que as conversas foram positivas no sentido de identificar, entre os integrantes,



Presidente do Grupo Brasil-Espanha, José Agripino ressaltou elevado nível dos debates

as afinidades de cada parlamentar, acrescentando que agora será mais fácil a implementação das propostas de intercâmbio.

Eduardo Suplicy (PT-SP) congratulou-se com os visitantes e pediu informações sobre a forma de implementação da política de renda mínima na Espanha. Segundo ele, desde 1990 diversas províncias espanholas instituíram um programa similar ao que defende para o Brasil. A informação foi confirmada pela delegação, lembrando, no entan-

to, que os programas são diferentes de província para província e que existe um acordo para que aqueles que recebem a ajuda participem de um plano de reintegração laboral.

AGRONEGÓCIOS E PESCA

José Agripino recomendou que o grupo faça um esforço para realizar um seminário, com o apoio do Itamaraty, sobre o programa de cooperação Brasil-Espanha para o desenvolvimento sustentável do semi-árido. Ele disse que esse acordo já está aprovado mas precisa ser estimulado.

O deputado espanhol José Cruz Pérez Lapazarán ficará responsável por assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola, à pesca e aos agronegócios.

Também participaram da reunião os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Jefferson Péres critica noticiário sobre Le Pen no segundo turno

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a imprensa mundial vem desvirtuando os fatos e dando importância indevida à ida do candidato Jean-Marie Le Pen para o segundo turno da eleição presidencial francesa. Para ele, está havendo “uma completa irracionalidade” na análise dos fatos.

— Le Pen é um direitista cheio de idéias que às vezes nos assustam, mas ele está longe de ser um nazista — analisou.

Jefferson Péres acredita que não há a menor chance de Le Pen ser eleito presidente da França. Segundo o senador, o candidato da extrema direita passou para o segundo turno devido ao fato de os discursos de Jacques Chirac (direita) e Lionel Jospin (esquerda) terem se tornado muito semelhantes. Boa parte do eleitorado preferiu deixar de votar por compreender que não haveria mudança significativa com a eleição de um ou de outro, disse Jefferson. Além disso, observou, os eleitores estavam certos que ambos passariam para o segundo turno.

Embora discordando das idéias de Le Pen, Jefferson Péres ressaltou que o candidato integra um partido legalmente constituído e tem direito a expor suas propostas. O senador lembrou que, mesmo se eleito, para implantar proposições como a pena de morte,

a saída da França da União Europeia e a restrição à imigração, Le Pen teria que contar com o aval da Assembléia Nacional Francesa. E ele não tem maioria parlamentar.

— A impressão que querem passar é a de que a França e a Europa estão à beira do ressurgimento do fascismo. Isso é um completo desvirtuamento da realidade. Tratam Le Pen como um cão sarnento. Na verdade, se Le Pen é fascistoíde, os que o hostilizam também assumem algumas atitudes fascistas, como no caso em que ele foi impedido de dar entrevista no Parlamento Europeu — afirmou Jefferson.

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) declarou que

proibir a minoria de expor suas idéias é impedir o exercício da democracia. Já Waldeck Ornélas (PFL-BA) lembrou que instituições financeiras internacionais rebaixaram a classificação da dívida brasileira devido à ascensão do candidato Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas mas não tomaram atitude semelhante no caso da ida de Le Pen para o segundo turno da eleição francesa.

Por sua vez, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que a má gestão de Lionel Jospin como primeiro-ministro provocou a alta abstenção entre os eleitores da esquerda na eleição.



Para Jefferson Péres, “Le Pen está longe de ser um nazista”

Roosevelt Pinheiro



Jane de Araújo

TEBET RECEBE EMBAIXADORA DOS ESTADOS UNIDOS

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu em seu gabinete, na terça-feira, a nova embaixadora dos Estados Unidos junto ao governo brasileiro, Donna Hrinak, para uma visita de cortesia, a primeira desde a apresentação das credenciais da diplomata ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Donna Hrinak estava acompanhada de Anthony A. Pahigian, da assessoria política da embaixada norte-americana em Brasília.

Tebet também concedeu audiência ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rômulo Mello.

Ingressos para estudantes da rede pública

Projeto aprovado pela Comissão de Educação garante a alunos pelo menos 5% das entradas para filmes, espetáculos teatrais, musicais e de dança beneficiados com incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet

Pelo menos 5% dos ingressos de exposições de filmes e de espetáculos teatrais, musicais e de dança beneficiados com incentivos fiscais da Lei Rouanet deverão ser destinados gratuitamente a estudantes da rede pública. É o que prevê projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado terça-feira por unanimidade, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE). Caso não seja apresentado recurso por, pelo menos, um décimo dos senadores para que a matéria seja analisada em Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.



Projeto de Alcântara pode seguir direto para a Câmara

A relatora do projeto na comissão, Marina Silva (PT-AC), observou que “o projeto permitirá que recursos públicos retornem como benefício a estudantes da rede pública, promovendo o enriquecimento do processo de aprendizagem”.

A mesma contrapartida foi destacada por Alcântara. Ao assegurar ingressos gratuitos a espetáculos e exposições culturais a estudantes, o poder público estará garantindo a esses alunos “a oportunidade de agregar conhecimento e ampliar o nível de informação, oferecida de forma deficitária pelas escolas”, disse o senador.

Pesquisadoras participam de debate sobre violência nas escolas

Outra decisão da Comissão de Educação (CE), a partir de sugestão de seu presidente, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), foi a de realizar audiência pública sobre a violência nas escolas. Deverão participar do debate as pesquisadoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, autoras do livro *Violência nas Escolas*, lançado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), e o representante da Unesco no Brasil, Jorge Wertheim.

Também foi aprovado em caráter terminativo outro projeto de Alcântara – com parecer favorável apresentado pelo relator *ad hoc*, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) – que denomina Rodovia Governador Virgílio Távora o trecho da estrada BR-116 que liga Fortaleza ao município de Pacajus, no Ceará.

A CE ratificou parecer favorável a dois projetos de lei que haviam sido inicialmente aprovados em março, quando a pauta do Plenário encontrava-se sobrestada por medidas provisórias. O primeiro deles – apresentado pelos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Marina Silva (PT-AC) e Emília Fernandes (PT-RS) – dá o nome de Plácido de Castro ao Aeroporto Internacional de Rio Branco (AC). O segundo – de autoria do

senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) – garante a matrícula em estabelecimento de ensino superior a estudantes aprovados em exame de seleção e cuja formatura tenha sido prejudicada por greve de professores.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a projetos de decreto legislativo que permitem à Fundação Educar Brasil a operação de rádio FM em Vitória da Conquista (BA); à Fundação Quilombo a operação de emissora de televisão em Maceió (AL); à Fundação Altamiro Galindo a operação de emissora de televisão em Cuiabá (MT); e à Associação Cultural e Comunitária de Radiodifusão de Campo Alegre (AL) a operação de serviço de radiodifusão comunitária na mesma cidade.

Durante o processo de votação, Eduardo Suplicy (PT-SP), que se absteve juntamente com Geraldo Cândido (PT-RJ), questionou o presidente da comissão a respeito dos entendimentos para a instalação do Conselho de Comunicação Social. Ricardo Santos informou que já está pronto o parecer de Carlos Wilson (PTB-PE) a respeito de projeto de resolução que disciplina a escolha dos integrantes do colegiado. Disse ainda que o conselho será instalado “no prazo mais breve possível”.



Ricardo Santos preside reunião em que a Comissão de Educação aprovou cota de ingressos gratuitos para estudantes

Plenário examina capital estrangeiro na mídia

A votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação do país deverá ocorrer na sessão da próxima quarta-feira. Já transcorreram as cinco sessões de discussão



Artur da Távola apóia abertura da mídia

previstas no Regimento Interno.

A proposta, já aprovada pela Câmara, limita a participação do capital externo em até 30% do capital total das empresas. No entanto, a responsabilidade editorial e de direção da programação dos veículos

de comunicação deverá ser privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) se posicionou a favor da aprovação da proposta. Segundo ele, não há indícios de que a participação do capital externo na mídia signifique atentado aos interesses nacionais.

Senado aprova o funcionamento de rádios e TV

O Senado aprovou autorizações para emissoras de rádio e televisão.

São as seguintes as rádios comunitárias: Associação Comunitária Urtigão (RS); Associação Cultural de Vera Cruz do Oeste (PR); Associação Comunitária de Abadiânia (GO); Associação Comunitária Ana Roberto (CE); Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara (CE); Associação Brasileira de Prevenção à Doença Infecto-contagiosa e de Cidadania (PE); Associação Comunitária São Francisco Padroeiro (PB); Associação Comunitária Araçás (BA); Associação Cultural de Itupeva (SP). Foi renovada a permissão para que a FM Stéreo Som Especial opere emissora FM em Osasco (SP); outorgada concessão à Fundação TV Educativa Universidade Católica de Santos para emissora de TV em Cubatão (SP); e outorgadas permissões para operar rádios FM à Fundação Educacional Queluz de Minas (MG) e à Fundação Nossa Senhora das Dores (MG).

Livro editado pelo Senado vai concorrer ao Prêmio Jabuti

O diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Pedrosa, anunciou na terça-feira que o livro *A Constituição que Não Foi – A História da Emenda Constitucional nº 1 de 1969*, editado pelo Senado, irá concorrer ao Prêmio Jabuti 2003 em duas categorias: Reportagem e Biografia e Produção Editorial. O Jabuti é o principal prêmio da área literária nacional, atribuído anualmente pela Câmara Brasileira do Livro.

A publicação reúne as atas das reuniões da Comissão de Alto Nível, composta por juristas de grande reputação, convocados pelo então presidente Costa e Silva para reformar a Constituição de 1967 de forma a prevenir as crises institucionais e normalizar o funcionamento do Congresso.

O livro é apresentado pelo senador Edison Lobão e traz uma introdução escrita pelo padre José Carlos Aleixo, filho de Pedro

Aleixo, vice-presidente do país em 1969. Os consultores do Senado Caetano Araújo e Eliane Cruxen escreveram capítulo em que analisam o contexto político daquele momento. O leitor tem acesso às notas taquigráficas das reuniões, que foram organizadas pela Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado. O livro apresenta ao final a proposta de emenda à Constituição assinada pelos integrantes da comissão de notáveis e quadro comparativo entre a proposta da comissão e o que foi definitivamente aprovado como a Emenda nº 1 de 1969.

O lançamento da publicação ocorreu na sexta-feira, no estande do Senado Federal na 17ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, com a presença do vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), do 1º secretário da Casa, Carlos Wilson (PTB-PE), e do presidente do Conselho Editorial do Senado, Lúcio Alcântara (PSDB-CE).